

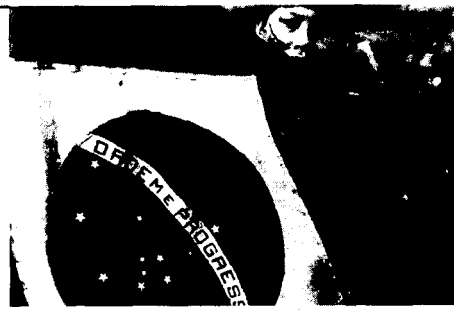
KARDEX	<input checked="" type="checkbox"/>
MC	<input type="checkbox"/>
PP	<input type="checkbox"/>
DOC. GERAL	<input type="checkbox"/>

Aconteceu

Política Nacional

Constituinte

Índios



Trabalhadores Rurais

Nair Benedito/F4



NOS SOMOS DA
 TRABALHAMOS NA
 ESTAMOS SEM
 QUEREMOS A

TERRA

PARA PRODUIR
 ALIMENTOS.
 Nossa Esperança é
 RECEBER A
 ANSPÍRIAS

GREVE NACIONAL DOS BANCÁRIOS



NAIR BENEDITO/F4

Aconteceu

Nº 403 - Março de 1987

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho (coordenador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinicius Grotti Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 60,00 (Brasil);

US\$ 60.00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual: Cz\$ 120,00 Assinatura de apoio: Cz\$ 200,00

Faça uma assinatura de apoio
você recebe de imediato
um exemplar dos 4 volumes (1982-1983).

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av. Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 60,00

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241 - Rio de Janeiro - RJ.

Constituinte

ORDEM ECONÔMICA DEVE FICAR COM CONSERVADORES

Os parlamentares que adotam posições ideológicas de direita e centro-direita devem obter a maioria na Comissão da Ordem Econômica, que vai definir, na futura Constituição, o princípio da propriedade e as normas que vão reger, entre outras questões, as reformas agrárias e urbana. A Folha apurou que, embora o PMDB tenha 34 dos 63 membros, os peemedebistas da ala conservadora do partido apresentaram maior número de inscrições e, aliados ao PFL, PDS, PDC e PL, devem fazer a maioria. O assunto está preocupando as lideranças do PMDB no Congresso constituinte, Câmara e Senado, que neste fim-de-semana trabalharam na distribuição dos peemedebistas nas comissões. Assim como a maior parte das pretensões indicadas como primeira opção para a Comissão da Ordem Econômica é dos constituintes mais à direita, os chamados "progressistas" do PMDB inflacionaram a Comissão de Ordem Social. As duas são consideradas as mais importantes, depois da de Sistematização que vai elaborar o projeto final da Constituição. A Comissão de Ordem Econômica deve ser presidida pelo senador Albano Franco (PMDB-SE). Pela situação criada, a candidatura do senador Severo Gomes (PMDB-SP) à vaga de relator (mais importante que a de presidente) pode estar ameaçada dentro do próprio PMDB que, como partido majoritário, deve ficar com o cargo. Até amanhã, o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP), deve ter a lista dos peemedebistas que irão integrar as nove comissões de trabalho, sempre na proporção de 34 num total de 63 membros. Covas já conseguiu resolver o preenchimento das vagas de seis comissões. (FSP - 23/3/87)

VICE-PRESIDÊNCIA DA CONSTITUINTE

Prósseguia ontem o impasse entre o PMDB e o PFL na disputa pelo cargo de 1º vice-presidente do Congresso constituinte. Os líderes do PFL na Câmara, José Lourenço, e no Senado, Carlos Chiarelli, foram ontem à casa do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, para cobrar o cumprimento de um acordo que, segundo afirmam, foi feito entre os líderes dos dois partidos antes da eleição de Mário Covas para a liderança do PMDB. Por esse acordo, o cargo ficaria com o PFL, que assim indicaria o substituto eventual de Ulysses na presidência do Congresso constituinte. O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, nega a existência desse acordo. Ao saírem da casa de Ulysses, às 19h10, Chiarelli e Lourenço afirmaram que Ulysses prometeu lutar pela manutenção da Aliança Democrática e estimular o diálogo entre eles e o senador Mário Covas. Covas, por sua vez, ao sair de um almoço na casa do ministro Renato Archer, disse que o PMDB não abre mão da 1ª vice-presidência do Congresso constituinte. A mesma posição foi assumida pelos coordenadores das bancadas peemedebistas em nove Estados, que se reuniram com Covas ontem de manhã. (FSP - 23/3/87)

CONSTITUINTE ELEGE A MESA NA QUINTA-FEIRA

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, comunicou ao líder do PMDB, Mário Covas, que vai realizar na quinta-feira, a sessão para eleição dos demais cargos da mesa - dois vice-presidentes, três secretários e três suplentes, havendo ou não acordo entre o PMDB e o PFL sobre quem ficará com a primeira vice-presidência. Mário Covas, que passou a manhã de ontem no Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado), com os líderes do partido na Câmara, Luis Henrique, e no Senado, Fernando Henrique Cardoso, escolhendo os ocupantes das nove comissões

constitucionais, reiterou sua disposição de tentar negociar o máximo possível a primeira vice-presidência, procurando evitar o confronto da eleição em plenário com o seu parceiro na Aliança Democrática. Já está decidido que o PMDB ocupará cinco presidências e cinco relatorias de comissões temáticas e 13 presidências, 13 vice-presidências e 13 relatórios de sub-

comissões, mas ainda não há definições. Com relação às relatorias, há uma tendência clara, afóra a Comissão de Sistematização, que está sendo disputada por Pimenta da Veiga e Bernardo Cabral, para as Comissões de Ordem Econômica, Ordem Social, Organização dos Poderes e de Tributação. (ESP - 23/3/87)

CANDIDATOS E ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES DA CONSTITUINTE*				
Comissões	Candidatos a presidente**	Candidatos a relator**	Subcomissões	Atribuições
Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher	Dep. Ana Maria Mattes (PMDB-RJ) —centro-esquerda	Dep. Ana Maria Mattes (PMDB-RJ) Sen. Itamar Franco (PL-MG) —centro-esquerda	Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais; Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias; Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais	Definir a soberania nacional, as normas que vão reger as relações do Brasil com os outros países, os direitos e garantias do cidadão. Discutirá temas como a pena de morte, os direitos do prisioneiro e a abolição da tortura, e também a proposta do habeas-data, ou seja, o direito da pessoa ter acesso às informações a seu respeito registradas em entidades públicas ou particulares
Comissão da Organização do Estado	Dep. Homero Santos (PFL-MG) —centro-direita Sen. Luiz Viana Filho (PMDB-BA) —centro-direita	Sen. Luiz Viana Filho (PMDB-BA)	Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios; Subcomissão dos Estados; Subcomissão dos Municípios e Regiões	Definir normas para a União, os Estados, os Municípios, os Territórios, o Distrito Federal e as Regiões
Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo	Dep. Aloysio Chaves (PFL-PA) —centro-direita	Dep. Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) —centro-esquerda Sen. Leite Chaves (PMDB-PR) —centro Sen. José Bisol (PMDB-RS) —centro-esquerda Sen. José Fogaça (PMDB-RS) —centro-esquerda	Subcomissão do Poder Legislativo; Subcomissão do Poder Executivo; Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público	Estabelecer o sistema de governo. Presidencialismo, parlamentarismo ou alguma fórmula mista. Definir o mandato do presidente da República e, nas Disposições Transitórias da Constituição, a duração do mandato do presidente José Sarney. Decidir sobre temas como a existência do Senado (ou somente da Câmara dos Deputados) e as atribuições dos tribunais militares
Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições	Dep. Prisco Viana (PMDB-BA) —centro Sen. Afonso Camargo (PMDB-PR) —centro Sen. Marcondes Gadelha (PFL-PB) —centro	Dep. Prisco Viana (PMDB-BA) Dep. Miro Teixeira (PMDB-RJ) —centro Sen. Afonso Camargo (PMDB-PR)	Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos; Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança; Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas	Fixar normas para a defesa do Estado e da sociedade e organizar o sistema eleitoral e partidário. Discutirá os estados de guerra, sítio e emergência, o papel constitucional das Forças Armadas e o serviço militar
Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças	Dep. Francisco Dornelles (PFL-RJ) —centro	Dep. José Serra (PMDB-SP) —centro-esquerda	Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas; Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira; Subcomissão do Sistema Financeiro	Fixar tributos e distribuição das receitas, estabelecer normas para o orçamento, fiscalização financeira e sistema financeiro
Comissão da Ordem Econômica	Sen. Albano Franco (PMDB-SE) —centro-direita	Dep. Alysso Paulinelli (PFL-MG) —direita Sen. Severo Gomes (PMDB-SP) —centro-esquerda	Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Solo e da Atividade Econômica; Subcomissão da Questão Urbana e Transporte; Subcomissão de Políticas Agrárias e Fundiárias e da Reforma Agrária	Estabelecer normas para o princípio de propriedade que definirão, em suas linhas essenciais, o regime econômico do país. Abordará temas como as reformas agrária e urbana, o direito de herança, o papel do Estado na economia e a propriedade do solo e das jazidas minerais

<p>Comissão da Ordem Social</p>	<p>Dep. Euclides Scalco (PMDB-PR) —centro-esquerda Dep. Domingos Leonelli (PMDB-BA) —esquerda Sen. Carlos Chiarelli (PFL-RS) —centro</p>	<p>Dep. Euclides Scalco (PMDB-PR) Dep. Domingos Leonelli (PMDB-BA) Sen. Carlos Chiarelli (PFL-RS)</p>	<p>Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos; Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente; Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias</p>	<p>Estabelecer os direitos e deveres do trabalhador, normas para a Previdência Social e a defesa do meio-ambiente, os direitos dos grupos étnicos e minorias. Questões como liberdade sindical, direito de greve e estabilidade no emprego serão tratadas por essa comissão.</p>
<p>Comissão da Família, de Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia</p>	<p>Dep. José Jorge (PFL-PE) —centro Sen. Nelson Calmon (PMDB-RJ) —centro</p>	<p>Dep. Hermes Zanetti (PMDB-RS) —centro-esquerda Dep. Paulo Pimentel (PFL-PR) —centro-direita Sen. João Calmon (PMDB-ES) —centro Sen. Pompeu de Sousa (PMDB-DF) —centro-esquerda</p>	<p>Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes; Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação; Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso</p>	<p>Definirá normas para a cultura, o esporte, a educação, a ciência e a tecnologia, assim como os direitos do menor e do idoso. Discutirá o ensino obrigatório, a censura às artes e diversões públicas, o divórcio, as normas para a concessão de canais de rádio e TV, entre outros temas</p>
<p>Comissão de Sistematização</p>	<p>Sen. Afonso Arinos (PFL-RJ) —centro-direita</p>	<p>Dep. Bernardo Cabral (PMDB-AM) —centro Dep. Pimenta da Veiga (PMDB-MG) —centro-esquerda Sen. Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) —centro-esquerda</p>	<p>—</p>	<p>Será a responsável pela redação da Constituição, a partir dos projetos elaborados por cada uma das comissões. O texto elaborado pela Comissão de Sistematização será submetido à votação do plenário do Congresso constituinte</p>
<p>* Cada comissão será formada por 63 constituintes e cada subcomissão por 21, obedecido o critério da representação proporcional à bancada de cada partido. * Este era o quadro de candidatos até a noite de ontem, poderá ainda sofrer modificações</p>				

CARTA DAS MULHERES REIVINDICA DIREITOS IGUAIS NA CONSTITUIÇÃO

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher distribuiu ontem às lideranças políticas das Assembléias Legislativas estaduais, a "Carta das Mulheres", documento que reivindica na futura Constituição. Em São Paulo, as propostas foram entregues ao presidente da Assembléia Legislativa, Luiz Máximo (PMDB), pela presidenta do Conselho Estadual de Condição Feminina (CECF), Zuleika Alambert, em sessão realizada às 17h. Cercada por aproximadamente cinquenta mulheres, representantes de movimentos feministas autônomos, Zuleika Alambert disse que a intenção do ato é "pressionar" o Congresso constituinte e aceitar as reivindicações contidas na carta. "Somente um grande 'lobby' nacional será capaz de sensibilizar os constituintes", disse, referindo-se à manifestação marcada para o dia 26, em Brasília, que unificará o movimento. (FSP - 19/3/87)

IGREJA APOIARÁ PLEBISCITO SOBRE A CONSTITUIÇÃO

A Igreja vai colocar todos os seus organismos no trabalho de mobilização pela aprovação de uma proposta de "plebiscito parcelado", em que o povo se manifestaria sobre os temas da Constituição que tratem da justiça social e a garantia da cidadania. Esta foi uma das questões definidas ontem numa reunião com os representantes da Comissão Justiça e Paz regionais e da Comissão de Acompanhamento da Constituinte da CNBB, que articula uma estratégia de mobilização popular para os principais temas constitucionais. Já foram estabelecidas três alternativas de trabalho: conjugação com outras entidades da sociedade civil em cada Estado; articulação com forças políticas mais progressistas; e definição de temas que sensibilizem mais a grande massa da população. As Comissões definiram ainda que a CNBB terá um papel de acompanhar os comportamentos de cada

Constituinte em relação aos temas defendidos pela Igreja e informar aos Estados. A partir daí, os Parlamentares passarão a sofrer uma pressão direta em suas bases. (O GLOBO - 19/3/87)

CNBB RECEBEU 22 PARLAMENTARES EM SEU "CAFÉ CONSTITUINTE" DIÁRIO

Até ontem, a Comissão de Acompanhamento da Constituinte da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) há havia recebido 22 parlamentares no café da manhã com que dá início à sua rotina diária de trabalho, em Brasília. O "café constituinte", como é chamado, faz parte do "lobby" da Igreja Católica junto ao Congresso constituinte. No café da manhã de ontem

esteve presente o senador Meira Filho (PMDB-DF); hoje, a convidada é a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ). Entre os convidados da próxima semana está o senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte. O presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, o vice-presidente, d. Benedito Ulhôa Vieira, o secretário-geral, d. Luciano Mendes de Almeida, e outros oito bispos que integram a Comissão Episcopal de Pastoral estarão reunidos amanhã, às 20h30, na sede da CNBB, em Brasília, com parlamentares de vários partidos, apresentando as propostas da Igreja Católica para a nova Constituição brasileira. A CNBB convidou por carta todos os 559 constituintes, e espera o comparecimento de aproximadamente uma centena deles. (FSP - 24/3/87)

INFORMATIVO INESC

O calendário previsto para o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte (ANC), sofreu nova modificação. A eleição da mesa da Assembléia será realizada na próxima quarta-feira, dia 25 de março. Nas 48 horas subseqüentes serão constituídas as 8 comissões e as 24 sub-comissões, formalizando assim, os acordos, ora em andamento, tanto no interior de cada partido como entre os diversos partidos existentes (sempre via lideranças).

Esses acordos, que já tinham chegado a termo em alguns casos, voltaram a esta ca zero, devido a eleição do novo líder do PMDB na ANC, Senador Mário Covas. O mesmo aconteceu em relação aos entendimentos entre o PMDB/PFL, em relação a divisão de cargos da mesa, o que poderá gerar confronto direto entre esses dois partidos. Essa alteração do calendário prorrogou o prazo para interferência do movimento popular, na composição das comissões e subcomissões de interesse das entidades. Portanto, reiterando as sugestões feitas a esse respeito, no telex anterior (Informativo Inesc).

O regimento interno da ANC deverá ser promulgado no próximo dia 23. O INESC providenciará sua remessa às diversas entidades. Chamamos a atenção, desde já, para algumas alterações na redação do mesmo:

- A ambigüidade das funções da comissão de sistematização, já salientada no texto do ex-deputado João Gilberto (já enviado pelo INESC)*, foi resolvida não por uma nova redação, mas sim, por um compromisso verbal assumido pelo líder Fernando Henrique Cardoso e ratificado pelo presidente Ulysses Guimarães, de que essa comissão não poderá alterar o mérito e nem acrescentar nada aos relatórios provenientes das diversas comissões. Como esse é um compromisso assumido pela palavra desses dois parlamentares, sugerimos a cobrança permanente das entidades a esse respeito.

- O parágrafo 2 do Artigo 21 sofreu alteração que poderá vir a prejudicar os interesses progressistas. Agora as deliberações de subcomissões e comissões dar-se-ão por maioria absoluta e a votação da redação final do projeto da Constituinte será feita em dois turnos e decidida, também, por maioria absoluta. Este fato, torna ainda mais importante a mobilização em torno das emendas populares, com o objetivo de influir na correlação de forças dentro da Constituinte, quando das votações decisivas.

Em reunião do pool de entidades ligadas aos movimentos populares que estão atuando na Constituinte, foi acolhida a sugestão de que haja uma limitação do número de emendas, de forma que arranjam as questões centrais de cada tema, evitando assim a multiplicação de emendas, e facilitando, desta forma, o recolhimento das 30 mil assinaturas (até junho). Constatada a dificuldade de coletas de assinaturas nas áreas rurais, fica evidenciada a necessidade da colaboração entre entidades urbanas e rurais na coleta das mesmas, bem como a concentração de esforços para conseguir superar a casa do milhão de assinaturas nos diversos temas, o que aumentará o peso das emendas populares quando das votações na Constituinte.

INESC - Instituto de Estudos Sócios Econômicos
SQS - Supercenter Venâncio 2.000 - Bloco B N5 50 - Salas 435/9
70333 - Brasília - DF
Telefone: (061) 226.8093

* O referido texto será publicado na Separata Nº 8 que acompanhará o próximo Aconteceu Semanal nº 404.

CNBB - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA
BOLETIM SOBRE CONSTITUINTE
BRASÍLIA, 21 DE MARÇO DE 1937

NOTA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ

A 'Comissão Nacional' e as 'Comissões Regionais' de 'Justiça e Paz' de todo o Brasil, reunidas em Brasília, 18 e 19 de março, após discussão, reflexão e intercâmbio de seu 'acompanhamento a constituinte', 'Debate com Parlamentares' e 'Avaliação da Conjuntura Brasileira', definiram as tarefas que possam contribuir para a ampla participação popular a ser assegurada pela nova Constituição.

Marcou os trabalhos, a convicção de que é indispensável grande mobilização popular como meio para superar os impasses que bloqueiam a transição do regime, cuja ação política deve ser a Assembléia Constituinte.

A frustração do povo brasileiro diante de medidas organizadas pelo Governo - plano cruzado, moratória, militarização nas relações de trabalho, discussão sobre duração de mandato presidencial e outras - pede urgente mobilização nacional para garantir a consolidação da democracia em nosso País.

Nesta convicção, a 'Comissão Nacional' e as 'Comissões Regionais' de 'Justiça e Paz' decidiram:

1) dar apoio integral e ativo à Comissão da CNBB para 'acompanhamento da Constituinte', sugerindo-lhe estreitar o entrosamento e consulta com entidades nacionais representativas - OAB, ABI, UNE, Partidos, Centrais Sindicais, Federações e outras - para o lançamento de grande mobilização por 'mudanças já' e respaldo a uma 'Constituição para mudar'; 2) estabelecer, por meio das 'Comissões Regionais de Justiça e Paz', nos Estados do Brasil, idêntico processo de entrosamento e consulta para a mobilização da 'sociedade civil' e das 'lideranças representativas' de base popular; 3) neste processo solidário e mobilizador, identificar uma plataforma comum de princípios para uma Constituição de equitativa distribuição da riqueza e extensão efetiva da cidadania: uma Constituição contra todas as marginalidades, terra e teto, democracia orgânica e participação; 4) contribuir para um processo de acompanhamento popular sobre o funcionamento das 'Comissões' e do 'Plenário' da Assembléia Constituinte, valorizando a 'iniciativa popular' em defesa de grandes princípios e proposições, sustentados em milhões de assinaturas; 5) defender o coroamento deste processo, com a devolução da verdadeira importância do relator.

De acordo com o fluxograma para a elaboração da Constituição, o momento agora é de negociação sobre os cargos para cada Comissão. É certo, porém, que o trabalho do 'relator' em cada Comissão é de fundamental importância. Pois ele acompanhará todo o processo de nascimento da Nova Constituição, desde o debate na subcomissão até a redação final na Comissão de sistematização.

Tarefa da População: Nesse contexto, a população tem duas tarefas de extrema importância: 1) acompanhar de perto os trabalhos constituintes nas Comissões, pressionando inclusive seus relatores, através de telegramas, cartas, telefonemas e outros meios, para chamar a atenção a questão da participação popular; 2) mobilizar seus grupos e comunidades no sentido de estar atento para a questão das '30 mil' assinaturas, sabendo desde já que estas propostas serão encaminhadas sob forma de emendas, possivelmente no próximo mês de julho.

Política Nacional

FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL PREOCUPA O SNI

O general Ivan de Souza Mendes, ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, entregou ao presidente José Sarney um relatório confidencial como um dado classificado como "alarmante": as centrais sindicais (CUT, CGT e USI), aproveitando-se da crise econômica, estão superando suas "divergências ideológicas", para atuar em conjunto. Em consequência, o movimento sindical lançou, em 1986, o que o SNI chama de "modismo das greves". Segundo o relatório, ao qual a **Folha** teve acesso com

exclusividade, padrões e governo têm sido, invariavelmente, "dobrados" pelo movimento sindical. Em seu relatório, o general Ivan Mendes anota os seguintes números: em 1985, houve no país 1.289 greves - a estatística, segundo a avaliação do SNI, é "assustadora". Mais "surpreendentes" foram as 2.282 greves registradas pelos órgãos de informação do governo em 1986. O documento registra ainda que aumentaram bastante as paralisações, proibidas por lei, nos setores considerados "essenciais" e no setor público. A partir do conteúdo do relatório do SNI, o Palácio do Planalto está tirando uma conclusão: o governo precisa fazer algo para conter o avanço do movimento sindical. O documento do SNI, de circulação restrita, divide a evolução do movimento sindical no Brasil em duas fases: antes e depois do Pla-

no Cruzado. Registra que nos dois períodos, a central sindical mais combativa é a CUT. As outras duas - CGT e USI - tentam, a todo custo, recuperar espaços, em "disputas localizadas", por fábricas e por categorias. (FSP - 18/3/87)

SENADO ADIA

VOTAÇÃO DA CONVENÇÃO 87 DA OIT

O governo pretende elaborar no prazo de noventa dias, com a participação dos representantes dos trabalhadores e empresários, uma nova legislação sindical para o país dentro dos princípios de liberdade e autonomia sindical previstos na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A idéia é, nesse prazo, formular uma nova lei sindical para só em tao o Senado Federal aprovar a Convenção 87, contra a qual se manifestaram fortemente sindicalistas e empresários. "Precisamos de um instrumentomais moderno, compatível com um governo democrático", afirma o senador José Richa (PMDB-PR), relator do projeto de decreto legislativo que institui a Convenção 87, principal alvo das pressões de patrões e trabalhadores. Richa convocou para hoje às 16h uma reunião com os presidentes das confederações nacionais de trabalhadores e empresários, dirigentes das centrais sindicais e lideranças partidárias no Senado para discutir sua proposta de criação de uma comissão tripartite para reformular a atual legislação. (FSP - 18/3/87)

CUT APÓIA CONVENÇÃO DA OIT; CGT E USI EM MEDO

O surgimento indiscriminado de sindicatos de trabalhadores em função de critérios variados - que vão desde as especialidades profissionais até interesses político-partidários, passando por conveniências territoriais e influências patronais - poderá ser uma das conseqüências da vir atual ratificação, pelo governo brasilei-

ro, da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Enquanto a Central Unica dos Trabalhadores (CUT) vislumbra a perspectiva de implantação de uma estrutura sindical autêntica no país, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União Sindical Independente (USI) temem pelo enfraquecimento do movimento sindical e concluem que é exatamente este o objetivo do governo ao defender o apressamento da tramitação do projeto de ratificação da Convenção no Senado. "O governo quer dividir para reinar", afirma o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade. No seu entender, o empenho governamental em ratificar a Convenção 87 é uma contradição com a iniciativa de ocupar militarmente os portos e refinarias "para inibir movimentos reivindicatórios". (FSP - 18/3/87)

LÍDERES SINDICAIS DESMARCAM A GREVE GERAL

Os dirigentes das nove confederações nacionais de trabalhadores e das três centrais sindicais - CUT (Central Unica dos Trabalhadores), CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e USI (União Sindical Independente) - recuaram ontem da convocação de uma plenária intersindical no próximo dia 2, que apontaria para a realização de uma nova greve geral no país. A decisão da cúpula do movimento sindical, tomada no fórum sindical, partiu de uma constatação: não existe mobilização suficiente para a deflagração a curto prazo de uma paralisação nacional contra a política econômica do governo. "As centrais não conseguiram mobilizar os trabalhadores em torno de questões mais amplas", afirmou o presidente da CUT, Jair Meneguelli, depois de cinco horas de reunião do fórum sindical. Na avaliação de Meneguelli, o trabalhador nesse momento está mais preocupado com questões mais imediatas como o salário. Ele acredita, porém, que a classe trabalhadora poderia se unir num movimento conjunto contra os aumentos de alu-

guéis, pois "essa é uma das questões que mais aflige os trabalhadores", afirmou. O fórum sindical decidiu marcar uma nova reunião para o próximo dia 2 para repensar uma estratégia de mobilização dos trabalhadores, principalmente com vistas à Constituinte. Os sindicalistas não descar-

taram, entretanto, a hipótese de uma nova greve geral. "A mobilização vai depender muito das medidas econômicas a serem baixadas pelo governo", afirmou o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade. (FSP - 20/3/87)

Trabalhadores

Urbanos

GREVE NACIONAL DOS BANCÁRIOS

Desde zero hora de hoje os bancários das principais cidades brasileiras estão prometendo entrar em greve. No Rio de Janeiro, a paralisação foi decidida numa assembleia considerada fraca, pelos próprios organizadores do movimento. Dos 70 mil

bancários existentes na cidade, apenas 1.500 compareceram ao Maracanãzinho. Em São Paulo, ficou acertado que só as agências mais mobilizadas deverão parar. Basicamente a categoria está reivindicando aumento salarial de 100%, estabilidade no emprego e um piso de Cz\$ 5.563,47. A adesão dos funcionários do Banco do Brasil foi decisiva para que o movimento avançasse em todo o país. Os piquetes começaram logo depois das assembleias, principalmente junto às câmaras de compensação de cheques. (JB - 20/3/87)

AS REIVINDICAÇÕES DOS BANCÁRIOS

Funções	Situação atual (2) (salários de ingresso a partir de 1º/3/87)	Salários pretendidos (1)	Posição dos bancos
Portaria	Cz\$ 2.736,00	Cz\$ 5.563,47	Não negociam, argumentando que a categoria reivindica fora da sua data-base que é setembro. Os bancos também informam que os acordos coletivos estão em plena vigência, com o cumprimento da legislação salarial que já resultou na aplicação de dois ganhos, a partir de 1º/02 e de 1º/03. (ver a coluna "Situação atual")
Escriturário	Cz\$ 3.312,00	Cz\$ 5.563,47	
Caixa	Cz\$ 4.320,00	Cz\$ 6.501,49	
Comissionados (gerentes e chefes)	—	Cz\$ 7.066,86	

Obs: 1) — Os pisos de Cz\$ 5.563,47 para os funcionários de portaria e escritório resultam do salário mínimo calculado pelo Dieese para o mês de fevereiro. Os salários reivindicados para as caixas e comissionados resultam da aplicação de adicionais de 15% e 20%, respectivamente. (Para os salários acima dos pisos, os bancários reivindicam um aumento de 100%.)

2) — Os atuais salários são resultantes da aplicação dos ganhos em fevereiro e março. O salário de caixa (Cz\$ 4.320,00) inclui a comissão e quebra de caixa, verbas específicas para os funcionários dessa área.

3) — Fontes: Subseção do Dieese do Sindicato dos Bancários e Associação de Comunicação Social do Fenobin.

BANQUEIROS AMEAÇAM DEMITIR OS GREVISTAS

A Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban) divulgou ontem nota ameaçando demitir o bancário que aderir à greve que está marcada para começar hoje em todo o Brasil. Lembrando que a greve será um desrespeito à legislação, pois é deflagrada com acordo salarial ainda vigente, a Febraban adverte que irá desconter os dias em que o bancário faltar ao trabalho: "Os bancos concederam aumentos sucessivos com o disparo de três gatilhos salariais. Essa situação leva à conclusão de que os bancários não entrarão em greve a partir de hoje", diz a nota. (O GLOBO - 24/3/87)

CÁRCERE PRIVADO NA AÇOMINAS

Somente após o procurador do Trabalho, Edson Cardoso, ameaçar ontem, em audiência no TRT - Tribunal Regional do Trabalho, pedir à Polícia Federal abertura de inquérito para apurar as denúncias de prática, pela empresa, de "cárcere privado" de mais de 1 mil metalúrgicos, retidos na usina desde domingo, os representantes da Açominas admitiram negociar com os empregados, em greve há seis dias por um aumento de 34,52%. A empresa foi intimada, ainda, a liberar o pessoal retido e aceitar um contingente diário de 600 trabalhadores, para operarem as áreas essenciais. Solicito que Vossa Excelência, com base na Lei 4.330/64 (lei de greve), designe 600 empregados para se responsabilizarem pelos equipamentos da empresa e a liberação dos que estão lá. Caso contrário, se a empresa não aceitar, serei obrigado a entender que há cárcere privado e vou extrair peças do processo e remeter à Polícia Federal para a abertura de inquérito - ameaçou o procurador, presidente do TRT. O juiz, de sua parte, após duas horas de debate, impôs sua proposta: a criação de uma comissão mista empresa-empregados para negociar com o governo fede-

ral, em troca do fim da greve e a não demissão de trabalhadores. A proposta do juiz instrutor, cuja resposta as partes deverão apresentar até segunda-feira, é a seguinte: os trabalhadores (5 mil 600) da Açominas devem retornar ao trabalho, em troca da aceitação, pela empresa, da comissão mista, que irá à Brasília negociar, por um prazo de dez dias, com o Cise - Conselho Interministerial de Salários das Estatais, as reivindicações (aumento de 34,52%, equiparação salarial ao pessoal da Cosipa - Cia Siderúrgica Paulista, transporte gratuito para 600 empregados que moram em Belo Horizonte, a 100 km. e trabalham em Ouro Branco; e, venda de 3 mil 300 casas populares, da Açominas, aos metalúrgicos, atualmente alugadas) e garantia de emprego por 35 dias para todos os grevistas. A proposta pode passar, comentou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco, Adailson dos Santos, que convocou assembleia para ontem à noite, a fim de votar a proposta. (JB - 21/3/87)

PETROLEIROS AMEAÇAM FAZER GREVE

Os petroleiros da Refinaria de Paulínia (Replan) rejeitaram ontem, em assembleia, a proposta de reajuste salarial apresentada pela Petrobrás e aprovaram a data indicativa de 24 de março para o início de uma greve nacional da categoria. Segundo Wagner Lima, vice-presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, essa data e a proposta de greve deverão ser referendados pelos demais sindicatos de petroleiros do país. Os sindicalistas informaram que a Petrobrás ofereceu reajuste de 75% para os funcionários de nível médio e 106% para os de níveis superiores, sobre o salário de dezembro. No Rio, a solução para o conflito trabalhista entre a Petrobrás e dezesseis sindicatos de petroleiros foi adiada para a próxima terça-feira, quando o delegado regional do trabalho, Fernando Pessoa, prometeu dar resposta à gestões que fará junto aos

ministros do Trabalho e das Minas e Energia, para tentar encontrar uma alternativa viável. A estatal ficou irredutível na oferta feita no dia anterior de dar reajuste de 46% sobre os salários atuais de todos os funcionários, o que representa percentuais de reajuste de 106% para o pessoal de nível superior e 77% para os de nível médio, em relação aos salários de dezembro. Os sindicalistas, por sua vez, não recuaram da posição de defender um aumento único de 94,42% para todos os funcionários, sem discriminações entre níveis, aplicados sobre os salários de dezembro. (FSP - 20/3/87)

GREVE DE METALÚRGICOS

Os metalúrgicos que trabalham na indústria naval estão promovendo greves nos estaleiros, reivindicando aumento de 60% e unificação salarial. Há 12 dias está parado o estaleiro Mauá, em Niterói, - a greve foi julgada ilegal pelo TRT -; ontem no Rio parou o Caneco; e hoje os trabalhadores do estaleiro Ishikawajima vão se reunir em assembléia, às 19h, no Sindicato dos Metalúrgicos, à Rua Ana Néri, 152. As principais reivindicações dos metalúrgicos do estaleiro Caneco, presidido por Arthur João Donato, da Federação das Indústrias do Estado do Rio, são: aumento salarial de 40% a partir de 1º de março; piso profissional de Cz\$ 6 mil 500; garantia de abono de 20% referente ao gatilho salarial a partir de 1º de março; piso salarial para supervisor e técnico de Cz\$ 8 mil 500; plano de reclassificação para ajudantes e meios oficiais; insalubridade calculada sobre Cz\$ 1 mil 800; e melhor alimentação. Os empregados do Caneco fazem assembléia hoje, às 7h, diante do estaleiro e, às 14h30min, haverá audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho. O secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos, Nilson Duarte Costa, explicou que além de um reajuste em torno de 60% os trabalhadores desejam a unificação salarial como forma de conter a rota-

tividade de mão-de-obra. Em Niterói a greve recebe apoio do Sindicato dos Metalúrgicos local e, por enquanto, atinge somente o estaleiro Mauá, que pertence ao Secretário Estadual de Minas e Energia do Rio de Janeiro, Hélio Paulo Ferraz. (JB - 20/3/87)

DOCENTES DE 42 ENTIDADES APROVAM GREVE A PARTIR DE 5ª

Professores das universidades federais de todo o país podem entrar em greve a partir da próxima quinta-feira, reivindicando mais verbas e melhores salários. A proposta foi aprovada ontem, por unanimidade, pelos representantes das 42 entidades presentes à reunião do Conselho Nacional das Associações de Docentes (Conad), que se realiza em Brasília desde a última sexta-feira e deve se encerrar amanhã. Além da deliberação sobre a greve geral, o Conad aprovou também sugestão de que seja solicitada ao Congresso Nacional a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o destino das verbas do MEC. Esta proposta foi apresentada pelos professores da Universidade de Brasília (UnB), que há a havia aprovado em assembléia de professores e alunos, quando também decidiram pela paralisação de suas atividades. A pauta de reivindicações da Andes é a seguinte: a) Adoção do Plano Único de Carreira para os docentes das instituições de ensino superior (IES) federais, conforme tabela protocolada no MEC em setembro de 1986; b) aposentadoria integral; c) verbas para custeio e capital (a preços de janeiro de 87), para retornar aos níveis de 1973: Cz\$ 14,5 bilhões; e adicional de custeio e capital para pleno funcionamento: Cz\$ 3,8 bilhões; d) revogação do decreto que proíbe a contratação de pessoal nas IES federais; e) isonomia salarial plena aos docentes das autarquias e fundações, conforme tabela salarial apresentada e a ser ainda corrigida pelo índice de inflação calculado pelo Dieese. (FSP - 23/3/87)

METALÚRGICOS PEDEM 47,15% DE REAJUSTE E PISO DE CZ\$ 7.358

O Departamento Metalúrgico da CUT, representando cerca de 420 mil trabalhadores, entregou ontem ao Grupo 14 da Fiesp o elenco de reivindicações que compõe a pauta de negociações da categoria, que tem sua data-base no dia 19 de abril. Os metalúrgicos pedem 47,15% de produtividade, com base no crescimento das indústrias no período de janeiro a novembro de 86; 47,15% de reajuste salarial, abono de 442 horas, a título de recuperação das perdas salariais e piso salarial de Cz\$ 7.358,00, igual ao mínimo previsto pelo Dieese para 31 de março. Ao todo, o acordo proposto contém 89 cláusulas, 62 das quais serão negociadas para um período de dois anos. Essa novidade na negociação, segundo Giorgio Longano, coordenador da comissão de negociação do Grupo 14, deverá agilizar o processo, uma vez que no próximo ano serão negociadas apenas as cláusulas econômicas conjunturais. Na primeira rodada de conversações, ontem, empresários e metalúrgicos já chegaram a um acordo sobre 54 das 64 cláusulas sociais. (ESP - 20/3/87)

como "Trovão" -, ambos na ativa, e Gilberto Freitas Tavares, reformado. Os dois primeiros foram transferidos para o batalhão Dias Cardoso, em Recife (PE), por de terminação do juiz Fernando Cerqueira, de Surubim (125 km de Recife), município onde foi assassinado, em fevereiro último, o advogado e sindicalista Evandro Cavalcanti. Ambos foram reconhecidos por novo testemunho como dois dos quatro assassinos de Cavalcanti. (FSP - 21/3/87)

"GRILEIRO" HOSPEDA PISTOLEIROS

Na casa do grileiro Válder Rodrigues Gomes (Avenida Luís Leite Ribeiro, 1050), o motorista do Incra Darci reencontrou o chefe da emboscada que, há meses, parou seu carro na estrada que leva às fazendas Curralinho e Gaspar: "Eles estavam armados até os dentes. Pararam o carrão, olharam e disseram que a gente não era quem eles procuravam. Aí deixaram a gente passar", conta Darci. O motorista reconheceu um deles, o pistoleiro Ferreira que esculpia, tranqüilamente, uma bainha de punhal em durepóxi, na casa de Valtinho, quando a equipe do Incra procurava o grileiro. A imprensa, Ferreira negou que seu patrão ameace os posseiros. Aquilo é um bando de gente preguiçosa, que briga por um monte de terra e não dá conta nem do que tem. Ainda reclamam à toa - afirma Darci. Válder Rodrigues Gomes estava viajando, "visitando outras fazendas que tem", como contou Célia, sua mulher, alheia às atividades do marido. Ela lembra que Valtinho hesitou em levá-la na viagem "porque está sendo ameaçado de morte". E fala dele como "um homem bom, que até ajuda os lavradores". (JB - 23/3/87)

Trabalhadores Rurais

PRESOS TRÊS SUSPEITOS DA MORTE DE SINDICALISTA

As polícias da Paraíba e de Pernambuco, trabalhando em conjunto, prenderam na última quarta-feira, em Campina Grande (PB), a 120 km de João Pessoa, três soldados da Polícia Militar paraibana, suspeitos de integrarem uma quadrilha responsável pelo assassinato de, pelo menos, 28 pessoas nos dois Estados. Entre essas vítimas estão os líderes sindicais Margarida Maria Alves, da Paraíba, e Evandro Cavalcanti, de Pernambuco. Os três soldados presos são Betânio Carneiro dos Santos e Francisco Rodrigues de Souza - conhecido

"BRASIGUAIOS" NÃO PODEM VENDER O QUE PLANTARAM

Os colonos brasiguaios (brasileiros que viviam no Paraguai) assentados na gleba Novo Horizonte, em Ivinhema (MS), estão descontentes com os critérios de distribui-

ição dos lotes (áreas de 25 hectares para os líderes e de sete hectares para os demais), com o não cumprimento da promessa do Governo de construir um armazém para cereais e com as dificuldades de comercialização de seus produtos. Não obstante, o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, que percorreu um trecho de 12 quilômetros da gleba, onde estão assentadas há 14 meses 762 famílias de brasiguaios, acompanhado do governador Marcelo Miranda, entusiasmou-se com as lavouras de milho e algodão. "Aqui temos uma prova concreta de reforma agrária", disse o ministro. Parte das lavouras vista pelo ministro está invadida pelo capim colônia, plantado pela antiga dona da área, a Someco, para comprovar utilização do latifúndio. Cerca de 1 mil 200 hectares de mata foram derrubados a machado e o Governo forneceu sementes, mas não há como escoar, estocar ou vender a produção. "A gente jogou a semente pra ver no que dava, mas agora não tem pra quem vender". A maioria das famílias continua vivendo em barracas de lona. O Sindicato Rural de Ivinhema entregou manifesto ao ministro Dante de Oliveira, denunciando as discriminações. O ministro liberou cheques de crédito-alimentação, no valor de Cz\$ 2 mil 412, e prometeu escolas, postos de saúde, centro comunitário e assistência técnica. (JB - 20/3/87)

LAVRADOR DENUNCIA CORONEL POR ESPANCAMENTO NO SUL

O lavrador Hamilton Gonçalves de Oliveira, preso pelo Exército no dia 2 de março, em Papanduva, Santa Catarina, e solto na sexta-feira passada, disse ontem que durante o interrogatório foi espancado e ameaçado de morte pelo coronel José Newton Romero, diretor do Campo de Instrução Marechal Hermes, da 5ª Região Militar. Essas mesmas denúncias foram apresentadas na segunda-feira à procuradoria da República em Santa Catarina, e em Florianópolis. O advogado de Hamilton, Francisco Vi

tal Pereira, está estudando uma forma de impetrar ação contra a União. Segundo o lavrador, que faz parte de um grupo de agricultores que há 25 anos reivindica à União a posse da área ocupada pelo Campo de Instrução Marechal Hermes, depois de preso ele foi amarrado e levado para o quartel na sede do campo. Ao chegar, foi retirado do jipe onde estava pelo coronel Newton Romero, diretor do campo, que o puxou pelos cabelos. Em uma sala, de acordo com o lavrador, o coronel o encostou na parede e deu-lhe tapas no rosto e nas orelhas. Depois, desamarrou suas mãos e passou a corda em volta do seu pescoço, apertando-a. (JB - 13/3/87)

Índios

O ÍNDIO CERTO

O governador eleito Henrique Santillo vai criar a Superintendência dos Assuntos do Índio. E já escolheu o homem certo para o lugar certo: o índio, candidato a deputado federal nas eleições passadas, Idjarruri Karajá. (O POPULAR/GO - 25/2/87)

DECRETO PRESIDENCIAL PARA A DEMARCAÇÃO FÍSICA

O Presidente da República, José Sarney, assinou Decreto nº 94.088 em 11/3/87, declarando de ocupação dos índios a Área Indígena Zoró, no Município de Aripuanã (MT) - que será demarcada administrativamente pela FUNAI. (DIÁRIO OFICIAL - 12/3/87)

TERRA ZORÓ SERÁ DEMARCADA

O presidente José Sarney assinou decreto autorizando a demarcação de 431 mil hectares de terras dos índios Zoró, no Estado de Mato Grosso. A informação foi dada ontem, pelo ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, ao cacique Paio, que esteve no ministério acompanhado do secretário

geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Luciano Mendes de Almeida, solicitando providências para a defesa de sua reserva, ocupada ilegalmente por 126 famílias de posseiros. Paio disse ao presidente da Funai, Romero Jucá Filho, que vai "comemorar com toda a tribo a solução do problema", uma vez que, além do decreto demarcatório, também foi autorizada a retirada dos posseiros e seu reassentamento noutra área, o que envolve rá recursos da ordem de Cz\$ 1,5 milhão com a indenização das benfeitorias "de boa fé". "A demarcação da terra dos índios Zoró, a oeste do Parque Indígena Arípuanã, onde vivem mais três tribos conhecidas e algumas arredias é da maior importância para a preservação dos índios da região, onde a madeira de lei, entre elas o mogno, é cotada em até 600 dólares o metro cúbico, o que estimula invasões e formação de grupos de violência e grilagem", disse o ministro Costa Couto. (ESTADO DE MINAS - 13/3/87)

FREIRAS PEDEM QUE TUMA APURE MORTE DE ÍNDIO MAXAKALI

As irmãs da congregação das clarissas franciscanas de Bertópolis, nordeste de Minas, vão encaminhar hoje ao superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, carta pedindo que seja investigada a morte do índio Osmino Maxakali, ocorrida naquele município dia 12 de janeiro, revelou ontem o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Minas, Fábio Alves dos Santos. Os índios maxakalis, da reserva Água Boa, onde morava Osmino, acreditam que ele foi assassinado a mando de fazendeiros da região. Fábio Alves divulgou também carta enviada pelo presidente do Cimi, bispo Dom Erwin Krautler, e por mais dois bispos brasileiros, um peruano e um mexicano ao juiz da 4ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte, Eustáquio Nunes da Silveira, pedindo que sejam mantidos presos o grileiro Francisco de Assis Amaro e outros cinco acusados da

chacina de três índios xacriabas, da reserva de Itacarambi, no norte de Minas, na madrugada de 12 de fevereiro. Os bispos pedem ainda a prisão de outros assassinos de índios que continuam impunes, conta Fábio Alves. (JB - 11/3/87)

FLORESTA NACIONAL PODE SER EXPLORADA, DIZ ADVOGADO

A criação de uma floresta nacional no território Ianomami (índios que vivem na fronteira do Brasil com a Venezuela), anunciada esta semana pelo ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, permitirá o surgimento da exploração econômica na área. Segundo o assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário, advogado Júlio Gaiger, a floresta nacional é passível de exploração econômica, o que contraria o projeto do senador Severo Gomes (PMDB-SP). (FOLHA DA TARDE/SP - 13/3/87)

FUNAI SOCORRE ÍNDIOS NA SECA DO MARANHÃO

A Fundação Nacional do Índio, através da 4ª Superintendência Regional, sediada em Belém, destinou uma verba suplementar de Cz\$ 1,4 milhão para um plano de emergência destinado a minorar os efeitos da seca que atinge os municípios de Barra do Corda, no Maranhão, onde se concentram cerca de 5 mil índios das tribos Guara-já, Canela e Krijati. A informação é do superintendente da Funai, Salomão Santos, que ontem pela manhã, em companhia de técnicos do órgão viajou para a área, a fim de manter contatos com as lideranças indígenas. Os novos recursos serão integralmente aplicados no desenvolvimento de projetos produtivos, capazes de assegurar que os índios se tornem menos dependentes da Funai e evitando, em consequência, o grande fluxo de índios dessas tribos para a sede da 4ª SR do órgão, em Belém. (GOVERNO DO BRASIL/DF - 11/3/87)

GUARANIS EM BRASÍLIA PARA DEFINIR TERRAS

A Ação Guarani Indígena (Aguai) pretende enviar representantes a Brasília nesta semana para tentar resolver junto à Funai e Presidência da República a questão da demarcação de suas terras na região de São Sebastião (SP), invadidas antes do carnaval pelo grupo Peralta (proprietário de uma rede de supermercados na Baixada Santista), apesar de a Justiça ter concedido liminar aos índios em ação sobre a posse da área. Sábado, no aldeamento do rio Silveiras, os índios reuniram-se com o delegado da Funai em São Paulo, João Viane Pinheiro Alves, representantes da Funai no Paraná e lideranças indígenas de todo o Estado, além do advogado Marco Antônio Barbosa, da Sudelpa, que defende os guaranis na Justiça. Ao final do encontro estava esclarecido: os territórios dessa tribo em São Paulo, entre eles o aldeamento do rio Silveiras, estão demarcados por força de convênio entre a Funai e Sudelpa, homologado pelo governo do Estado em abril de 86. Não é tudo: em dezembro do ano passado, o grupo de trabalho criado pela Funai para discutir a questão aprovou a proposta de homologação da área pela Presidência da República. Diante da demora do decreto de homologação por parte do presidente Sarney, os índios irão a Brasília ainda nesta semana. (ESP = 24/3/87)

FUNAI E VALE QUEREM ATRAIR ÍNDIOS GUAJÁS

A Funai assinou um acordo com a Companhia Vale do Rio Doce para iniciar a atração de um grupo de índios guajás arredios, informou ontem o administrador regional da Fundação em São Luís, Pedro Marizê. Os primeiros contatos com esses índios datam de 1970 e suas terras compreendem três áreas: Caru, Alto Turiaçu e Awa-Gurupi, esta última medindo de 250 a 300 mil hectares e ainda não demarcada. Segundo o administrador da Funai, o território indí-

gena coincide com a reserva florestal do Gurupi, na região noroeste do Maranhão, invadida por migrantes e fazendeiros do Centro-Oeste e Centro Sul do país. Em 1983, a Justiça legalizou terras griladas em Santa Inês, na região de influência do corredor de Carajás, provocando a expulsão de centenas de lavradores, hoje responsáveis por invasões das terras indígenas, já bastante ocupadas pelo povo pobre das margens do rio Caru, que ali vai coletar coco babaçu e, mesmo, caçar e tirar madeira. No ano passado, através de documento, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) denunciou a gravidade da situação dos grupos guajás que perambulam pela região. "Eles sofrem constantes pressões das grandes empresas que se instalam ali". Além dos guajás, cinco outras áreas indígenas, das 15 existentes no Maranhão, estão incluídas no corredor de Carajás, numa faixa de 10 milhões 500 mil hectares que se estende ao longo da ferrovia Carajás-São Luís: Alto Turi, Pindaré, Araribóia, Governador e Krikati. São 4 mil 200 índios divididos em cinco povos. (JB - 21/3/87)

Igrejas

IGREJA PARAGUAIA DESAFIA STROESSNER

Certos bispos podem ser mais conservadores e outros mais progressistas, de acordo com os rótulos usuais. O certo, porém, é que a Igreja Católica não é mais a mesma no Paraguai e assume um crescente papel crítico em relação ao regime liderado pelo general Alfredo Stroessner. Desde maio do ano passado, a Conferência Episcopal defende o início de um amplo diálogo nacional, para evitar que os movimentos sociais de oposição surgidos nos últimos tempos acabem desembocando num ambiente de violência política. O diálogo proposto envolveria praticamente todos os setores sociais e a maioria aceitou. Mas a idéia não pode prosperar porque foi rejeitada

frontalmente pelo Partido Colorado. Stroessner e seus adeptos criticam as posições da Igreja, acusando-a de se meter em política, mas isso não chega a provocar recuos. Os bispos e padres continuam dizendo o que pensam sobre o regime, e contrariam cada vez mais o stroessnismo. Numa de suas recentes cartas pastorais, o arcebispo de Assunção, Dom Ismael Rolon, deu uma resposta direta aos funcionários ou políticos oficialistas que geralmente atribuem as atuais posições da Igreja a uma suposta infiltração marxista. É insensato e injusto atribuir ao comunismo toda iniciativa, ação, postura pessoal ou social a favor dos pobres, dos marginalizados ou perseguidos. Ao contrário, esse é o espírito e o mandato do Evangelho de Cristo. Assim, não há infiltração na Igreja, pois toda a Igreja pensa o mesmo, ensina o mesmo, defende o mesmo e atua da mesma maneira - disse Dom Ismael Rolon. (JB - 19/3/87)

BISPO REJEITA RECOMENDAÇÃO DE PINOCHET

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Chile, Bernardino Piñera, defendeu ontem a interferência da Igreja em problemas políticos. Piñera respondia a críticas do general Augusto Pinochet ao papel que vem desempenhando a hierarquia católica no país. O representante dos bispos afirmou que a Igreja "não só tem o direito como tem o dever" de interferir em problemas políticos "com um enfoque moral". Atualmente a Igreja chilena atravessa uma das piores crises com o governo desde que Pinochet assumiu o poder em 1973. A dimensão dos problemas se agravou por recentes declarações do bispo de Linhares, dom Carlos Camus, elogiando o comando terrorista que tentou matar Pinochet, em setembro do ano passado. E dentro de 10 dias o papa João Paulo II iniciará visita de uma semana ao Chile. Dom

Bernardino justificou a interferência da Igreja em problemas políticos lembrando que foi graças à mediação do papa que foi evitada, em 1978, uma guerra que parecia certa entre a Argentina e o Chile pela região do canal de Beagle. "Esse problema era totalmente político, mas o papa interferiu para garantir a paz", disse o bispo. Em suas declarações, Pinochet havia recomendado aos bispos que cuidassem de "problemas como os preparativos da Semana Santa". (ESP - 21/3/87)

COMISSÃO QUER IMPEDIR UMA OUTRA PUNIÇÃO A BOFF

Setores progressistas do clero fluminense, que já contariam com a adesão de outros Estados, estão-se movimentando para criar uma comissão que promete ir ao Vaticano defender o teólogo franciscano Leonardo Boff e impedir que ele seja novamente punido por ter publicado recentemente a obra "A Trindade, a Sociedade e a Libertação". O livro acaba de ser desaconselhado para uso como texto de base para cursos e seminários pela Comissão para a Doutrina da Fé, órgão da arquidiocese do Rio de Janeiro, e abre uma nova crise entre os chamados clero progressista e conservador. A posição da comissão foi publicada na edição de março do boletim da revista do clero, cuja distribuição a todas as paróquias e dioceses começou segunda-feira. O texto vem acompanhado de um artigo assinado pelo bispo-auxiliar, dom Karl Rommer, por monsenhor Ney Afonso de Sá Earp e pelo monge beneditino dom Estevão Bitencourt, todos integrantes da comissão, onde o livro de Boff é severamente criticado, considerado "ambíguo" e "veiculador de concessões, expressões e afirmações" francamente incompatíveis com a fé cristã e com a doutrina católica. (ESP - 21/3/87)

Justiça

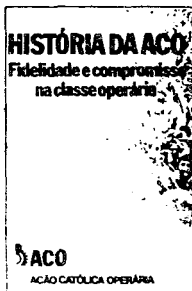
LEITE CHAVES ACUSA CINCO MILITARES PELA MORTE DE PAIVA

Cinco militares - quatro do Exército e um da Polícia Militar do Rio de Janeiro - foram apontados pelo procurador-geral da Justiça Militar, Francisco Leite Chaves, como os responsáveis pelo seqüestro, tortura e morte, em janeiro de 1971, do ex-deputado Rubens Paiva, que havia sido preso acusado de subversão. A denúncia foi feita ontem pelo senador Leite Chaves (PMDB-PR), ao despedir-se da Procuradoria Geral da Justiça Militar para assumir uma cadeira no Senado, na vaga deixada pelo governador do Paraná, Álvaro Dias. Leite Chaves, responsável pela reabertura do inquérito que investiga o desaparecimento de Rubens Paiva, apresentou formalmente à imprensa, às 16h40, na Procuradoria Geral da Justiça Militar, em Brasília, os nomes dos cinco envolvidos. São eles, com suas respectivas patentes na época: coronel do Exército Ronaldo José da Mota Batista Leão, capitão do Exército João Gomes Carneiro, subtenente do Exército Arédisse Barbosa Torres, sargento do Exército Eduardo Ribeiro Nunes e capitão PM do Rio Rescala Corbage. Para Leite Chaves, os envolvidos no desaparecimento de Rubens Paiva "não foram beneficiados pela Lei da Anistia porque mataram um preso que se entregou espontaneamente às autoridades". (FSP - 18/3/87)

América Latina

EUA FARÃO EXIBIÇÃO DE FORÇA MILITAR NA AMÉRICA CENTRAL

Os Estados Unidos mobilizarão 50 mil militares em Honduras, no Caribe, em uma ilha perto de Porto Rico e em uma base na costa leste, em maio, para manobras militares que constituirão a maior demonstração de força na região, destinada a coincidir com uma suposta ofensiva dos contra-revolucionários nicaraguenses, informou **The New York Times** citando fontes militares anônimas. Denominada "Escudo Sólido", a operação consistirá em simular uma resposta americana a pedido hondurenho de ajuda no combate a tropas nicaraguenses. Os guerrilheiros contras nicaraguenses, que há anos operam em território hondurenho com apoio dos Estados Unidos, já começaram a operar a partir do próprio território da Nicarágua, segundo as mesmas fontes. Eles acrescentam que o governo americano já tem planos contingenciais para este tipo de atendimento a Honduras. Afirmam também que a operação "Escudo Sólido" incluirá ainda uma simulação de evacuação da base militar americana de Guantanamo, em Cuba, na suposição de que os cubanos retaliariam ante uma interferência americana contra as tropas nicaraguenses. (JB - 23/3/87)



PUBLICAÇÕES DA ACO



**AÇÃO
CATÓLICA
OPERÁRIA**

A maioria de nossos livros são bem aceitos em vista dos desenhos expressivos e do método: Ver, Julgar e Agir pelos 4 lados.

Sem fins lucrativos, se destinam a militantes do Movimento e de outros grupos operários e do meio popular ou de Igreja, a preço de custo.

Visam a formação de militantes engajados: operários adultos e do meio popular, coordenadores de grupos e de comunidades, jovens, adolescentes e crianças.

Alguns livros foram publicados recentemente, por isto estão na primeira Edição.

Participe do lançamento da

História da ACO: Fidelidade e Compromisso na Classe Operária (Cz\$ 40,00) e Declaração de Princípios (Cz\$ 10,00) no dia 28/03/87 às 16 hs à Rua Van Erven, 26, bairro Catumbi.

Procure conhecer e divulgar estas e outras publicações da ACO, todas pensadas e escritas do ponto de vista dos trabalhadores, visando sua formação a partir da ação e à luz da Bíblia.

Companheiros e Companheiras:

Solicitamos a todos os militantes do Movimento Popular, do Movimento Sindical, dos Partidos políticos e das Pastorais da Igreja que, num gesto de solidariedade com a heróica luta do povo chileno - e considerando a visita que o Papa João Paulo I: fará ao Chile no próximo mês de abril - encaminhem aos bispos chilenos, na forma de telegrama pessoal ou de carta ou abaixo-assinado, o seguinte texto:

Nosotros cristianos y demás personas comprometidas con la lucha por la libertad de América Latina pedimos a los Obispos, sacerdotes y demás católicos chilenos:

1. Que la visita Papal no sea manipulada por el Gobierno de Pinochet para eternizarse en el poder.
2. Que el Papa represente en Chile el clamor y el sufrimiento de todas las familias víctimas de la represión y de la catastrófica situación económica y social en que el país se encuentra.
3. Que el Papa exija del Gobierno de Pinochet la aclaración de la suerte de los detenidos desaparecidos y una amnistía amplia, general e irrestricta que incluya a todos los prisioneros y exilados.
4. Que el Papa exija que el Gobierno de Pinochet cumpla las resoluciones de Naciones Unidas.
5. Que el Papa exprese la exigencia democrática de la participación de todos los chilenos, sin exclusiones, en la vida política.

Faça chegar este texto aos seguintes endereços:

Mons. Carlos Oviedo Cavada: Casilla "E" San Martín/1618, Antofagasta, Chile.

Mons. José Manuel Santos Arcaza: Calle Barros Arana 544 - Casilla 65-C, Concepción, Chile.

Mons. Bernardino Carvalho: Casilla 613, La Serena, Chile.

Mons. Eladio Vicuña Aranguiz: Casilla 17, Puerto Montt, Chile.

Mons. Juan Francisco Fresno: Casilla 30-D, Erasmo Escala 1822, Santiago, Chile.

Mons. Francisco de Borja Valenzuela: Casilla 3306-3749, Valparaíso, Chile.

Mons. José del Carmen Valle Gallardo: Casilla 18-D, Iquique, Chile.

DIVULGUE - MULTIPLIQUE - PASSE ADIANTE - SEJA SOLIDÁRIO AO POVO CHILENO!

CENTRO DE CULTURA POPULAR OSCAR ROMERO

CAIXA POSTAL 78.012

BELFORD ROXO

26150 - RIO DE JANEIRO - RJ

BRASIL
